

## A SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS\*

VERA LÚCIA CHACON VALENÇA,  
da Universidade do Sul de Santa Catarina.

---

**RESUMO:** O propósito deste artigo é apresentar algumas contribuições teóricas sobre a Sociologia da Infância e refletir a respeito das repercussões desse novo subcampo da Sociologia na compreensão e na educação das crianças. Para atingir esses objetivos, fez-se uma revisão bibliográfica que permitiu uma visão panorâmica sobre a evolução das representações da infância, observar as perspectivas de investigações empíricas sobre as crianças e identificar o modelo de socialização predominante na atualidade. Em consequência das transformações sociais, das representações, das novas modalidades de socialização, compreendeu-se a “infância transnacional” caracterizada pela mobilidade, pela comunicação em redes, pelo uso de artefatos. Isso, porque a criança é ativa, possui uma identidade própria, é ao mesmo tempo sujeito e ator social. Em decorrência disso, a relação educador/educando deve ser caracterizada pela proteção da liberdade, pelo estímulo ao diálogo, o que só é possível se a autoridade for exercida de modo “horizontal”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociologia da Infância. Representações. Revisão bibliográfica. Educação das crianças.

---

### INTRODUÇÃO

Desde a antiguidade até os dias atuais, muitas facetas e vários olhares têm sido lançados sobre as crianças e a infância. Pesquisadores pertencentes a vários campos do conhecimento concordam com a impossibilidade de compreender a criança sem que haja uma abordagem interdisciplinar. Trata-se, na realidade, de encarar a existência de um “outro”, a criança, considerada inicialmente apenas como um “pequeno homem”, para conviver com ela como um

---

\* Artigo recebido em 30/11/2009 e aprovado em 22/01/2010.

“ser por inteiro”, um “outro de direitos”, cujas especificidades e possibilidades de participação social estão protegidas por um estatuto.

Uma revisão dos conceitos e das abordagens tradicionais realizada por especialistas de várias áreas de conhecimento vem possibilitando a identificação de dicotomias, determinismos e outros equívocos presentes nas abordagens tradicionais sobre as crianças e a infância. Entre os sociólogos, tais constatações estimularam a construção de um subcampo da Sociologia: a Sociologia da Infância. Rechaçando o viés positivista das posições de psicólogos tradicionais, os sociólogos buscam evitar cair na armadilha de substituir o determinismo psicológico, no qual são omitidos os componentes sociais do desenvolvimento infantil, e se arriscam, caso não tomem cuidado, a cair em outro determinismo, desta vez sociologizante. Se ao primeiro foram imputados limites com relação à omissão dos componentes sociais do desenvolvimento, o determinismo sociologizante, ao excluir os componentes psicológicos e outros, pode culminar com o “abandono das crianças” (GAVARINI, 2006), que atingiria, particularmente, as crianças de classes desfavorecidas. Reinterpretaram o conceito de socialização, com base em novas representações da infância e da compreensão da criança real captada nas pesquisas empíricas e propõem ações educativas compatíveis com as novas representações da infância, isto é, que humanizem as crianças.

#### A INFÂNCIA, A CRIANÇA E AS REPRESENTAÇÕES DA INFÂNCIA

Meu interesse por esta temática vem de longa data: desde a década de 1970, tenho acompanhado pesquisas de autores franceses que publicaram vários estudos culturais. Na perspectiva de construir o campo da Sociologia da Infância, uma coletânea, *Éléments pour une sociologie de l'enfance* (SIROTA, 2006), e outras publicações possibilitaram uma visão panorâmica, atualizada, sobre o assunto.

Os novos estudos para a construção da Sociologia da Infância vêm gerando muitas discussões e têm inspirado pesquisas cujos resultados repercutem nas instituições de educação. Os universos de socialização, por sua vez, extrapolam os limites da família e da escola, embora estas permaneçam sendo consideradas as instituições privilegiadas de socialização. Os museus, as ruas, os pátios de recreio, a mídia, entre outros, são considerados excelentes lócus de observação das relações das crianças entre si ou com os adultos e testemunham as modalidades de suas interações com o meio.

A criança vem sendo objeto de estudo e de pesquisas de médicos, psicólogos e psicanalistas. Os sociólogos passaram a se interessar, posteriormente, pelo estudo das crianças no seio familiar e escolar bem como pela

busca de suporte jurídico que pudesse atender às suas particularidades. Apoiados nos conhecimentos produzidos anteriormente, em particular por psicólogos do desenvolvimento, os sociólogos foram percebendo a fragilidade de algumas abordagens teóricas e, finalmente, expressaram sua insatisfação através de críticas aos colegas da área da psicologia, assim como aos da própria área da sociologia. Aos primeiros pelos equívocos positivistas, aos segundos pela omissão de dedicação à infância, reconhecendo, no entanto, que isso era justificado pelo fato de precisarem posicionar-se face à dicotomia: natureza *versus* cultura. Finalmente, nos últimos trinta anos, eles admitiram a “incapacidade da sociologia de construir um paradigma de uma sociologia da infância e, também, em considerar o lugar e o papel das crianças na estruturação e transformações do campo social”<sup>1</sup> (MOLLO-BOUVIER, 2006, p. 37).

O conceito de socialização foi revisto para absorver representações de uma infância diferente daquela do passado. Insiste-se sobre a necessidade de se estudar a socialização como via de mão dupla, e interessa nela incluir as inter-relações entre a criança e os adultos bem como entre as crianças e seus pares. Também surgiram estudos específicos, intergeracionais, contemplando as relações recíprocas entre as crianças e os idosos da terceira idade. Nesses estudos, constatou-se que essas parcerias possibilitam um tipo particular de aprendizagem de saberes e fazeres.

Uma das questões levantadas pelos autores consultados diz respeito às mudanças sofridas pela família e pela escola, consideradas as duas instituições privilegiadas de socialização, embora não as únicas. As transformações nelas ocorridas repercutem nas crianças e geram seguramente novos comportamentos. No que diz respeito à família, é interessante lembrar que ela mudou através dos tempos, embalada por um índice de natalidade maior e pela expectativa de vida mais longa. Ocorreram alterações no papel feminino, nas uniões, que passaram a ser diferentes; aumentou a frequência dos re-casamentos, apareceram as “produções independentes”, aumentaram as adoções, etc., o que deu à família uma nova feição. Os papéis dos pais foram afetados, os avós convocados a participar da educação e até da manutenção dos netos. Foram atualizados os papéis masculino e feminino.

Para alguns casais, a criança tornou-se uma escolha racional: os filhos são postos no mundo sob condições muito particulares e especiais, com planejamento e interferências médicas antes inimagináveis. Pode-se escolher geneticamente as características de um filho e produzi-lo em laboratório. Geram-se “produções independentes”, “engravidam-se” barrigas de aluguel, inclusive de avós. A criança, por sua vez, apresenta-se muitas vezes como porta-voz dos pais, dominando algumas técnicas sobre as quais os adultos não têm o menor controle. Como porta-voz da família, ela testemu-

nha a existência de um bem-estar ou mal-estar vivido no seio familiar (SOULÉ, 1983). O sentimento vivido no ambiente familiar está associado aos direitos e deveres, à consciência do limite com relação ao poder absoluto dos pais sobre os filhos, o que redundou numa relação afetiva mais aberta e numa ação educativa mais democrática, que será discutida posteriormente. Assim:

[...] (ao) modelo fusional dos anos sessenta, caracterizado por uma divisão acentuada de papéis entre homens e mulheres, por relações hierárquicas pais/filhos, vem se juntar, no processo, aquele da família fundada sobre este casal associativo, desinstitucionalizado, feito de indivíduos iguais em direitos e deveres, onde a prioridade não é mais a de educar os filhos, mas, sobretudo, o sucesso individual e a realização de si através do grupo. (ALMEIDA, 2006, p. 115)<sup>2</sup>

Quanto à escola, na década de 1970, época em que predominava uma psicologia quantitativa, classificatória e rotuladora, alguns sociólogos já introduziam modelos pedagógicos numa perspectiva psicossociológica. (MOLLO, 1969; MOLLO-BOUVIER, 2006). Eles constatavam a necessidade de alterar as relações entre professores e alunos. As conclusões a que chegaram foram de duas ordens: que nas relações entre professores e alunos não só os professores devem ser ouvidos; e que as opiniões dos alunos têm tanto valor quanto as dos seus mestres. Buscava-se desmistificar, assim, o monopólio do poder do professor, que refletia a tendência de uma educação adulto-cêntrica. Tais discussões, baseadas, repito, na psicossociologia dos modelos educativos, levaram a algumas transformações dos modelos pedagógicos que tentavam assimilar, no seu processo, a criança, considerada, agora, como “ativa”. Tais modelos, que são, por sua vez, vinculados à representação da sociedade, são vivenciados na relação professor-aluno no cotidiano escolar. Desmistificava-se, de certa forma, também a crença de alguns professores no poder que teriam de transformar a sociedade a partir da escola. Entendeu-se que a sociedade repassa para a escola seus modelos, entre os quais as representações da infância predominantes em determinado período da história. E que tanto os modelos pedagógicos quanto as ações educativas absorvem sua essência dos modelos sociais. Acrescentava-se mais um elemento para reflexão, o imaginário, que concedia poder às pessoas: professores e alunos. O fato é que as crianças que chegam à escola, hoje, são outras crianças, advindas de vários espaços sociais e representadas de outra forma. E a pergunta é: a quem, em nome de quem e de que fala a escola? É possível dizer que na relação pedagógica ocorre no espaço entre o real e imaginário, no qual se convive com a busca da própria imagem e da consolidação dos valores sociais (MOLLO, 1969).

Com relação, ainda, às instituições de socialização, desejo mencionar os museus como uma delas. Refiro-me em particular ao Museu das Crianças. Considerados como mediadores culturais e lugares de educação não-formal, essa categoria de museu centraliza sua atenção na criança considerada como protagonista e oferece-lhe exposições interativas, instalações e *performances* compatíveis com as representações da infância predominantes. Embora seu protótipo, o Children's Brooklyn Museum, seja centenário, a proposta original tem sido mantida e atualizada através, inclusive, das Conferências Internacionais da HANDS ON, instituição que os agrupa internacionalmente.

Conforme já exposto, o conceito de socialização, no entanto, não está limitado às inter-relações pessoais: ele também se refere às interações criança-meio. Trata-se então de incluir, nos estudos da socialização, o "terceiro excluído" (PROUT, 2004), o que envolve temas como a interdisciplinaridade, o hibridismo da realidade social, suas mediações e redes bem como a mobilidade, que fazem parte da atual sociedade. Por outro lado, considerando as particularidades da sociedade atual, adultos e crianças emergem de redes de relação as mais variadas e expressas em materiais discursivos, coletivos e híbridos (PROUT, 2004). Encontrando-se as fronteiras entre as pessoas e os países mais vulneráveis, todos, inclusive as crianças, "passeiam" em vários espaços, inclusive os virtuais, e são por esses espaços influenciadas. Então, as crianças que chegam às escolas, por exemplo, são outras, com as quais nem sempre os professores conseguem comunicar-se, particularmente se eles pertencem a meios diferentes. Nesse contexto é mencionada a "infância transnacional" (PROUT, 2004), que fica em face de um adulto não necessariamente com as mesmas características, ou vice-versa.

A infância dos modernos aparece como tendo identidade e como sendo livre e igual em direitos. A criança é livre, mas precisa de proteção, sendo igual em direitos é dessemelhante em comportamentos. Nessa perspectiva, busca-se conduzi-la a exercer certo grau de autonomia. Não é mais suficiente apenas "introduzi-la no mundo adulto" objetivo que se propunha a educação dos tempos idos, mas estudá-la nas relações com seus pares, com os adultos, e com as mídias.

O termo infância é uma expressão de muitos significados, e isto, em parte, já exige a necessidade de identificar o conceito que predomina entre os teóricos, em determinada época. É possível falarmos de "infância" para designar:

[...] um indivíduo, um sujeito, que tem características próprias, que é marcado pelos acontecimentos particulares; um ser em desenvolvimento, imaturo, que constitui seu Ego, se forma em função da sociedade que ele descobre.

Enquanto ser imaturo ele tem comportamentos infantis; um membro de um meio social, do fato de seu pertencimento a uma família, pertencimento que condiciona em grande parte seu futuro lugar na sociedade, suas chances de sucesso; um membro de uma categoria de idade, submetido a um estatuto que, na sociedade dada, determina as características de sua condição de criança.<sup>3</sup> (CHOMBART DE LAUWE, 1976, p. 3)

O que é possível entender por “representação”? Concordando com a socióloga francesa recém-mencionada, por representação entendo: “um modo de apresentar ao espírito um objeto ausente, irreal ou impossível de perceber diretamente”<sup>4</sup> (CHOMBART DE LAUWE, 1971, p. 23).

As representações também fazem parte da vida das crianças, que as realizam sobre si mesmas e sobre o meio onde vivem, incluindo os adultos de suas relações. Elas elaboram imagens que contêm projeções ou aspirações do adulto. A assimilação dos valores que lhes são transmitidos é realizada a partir de uma elaboração pessoal, elaboração psicogenética que possibilita afirmar a sua competência e as características predominantes de seu funcionamento mental. Assim, os autoconceitos contêm valores sociais que foram transmitidos às crianças por seus pais e, em particular, pelas mães. Depois de elaborados psicogeneticamente por elas (crianças), passam a constituir sistemas sociais e, como tal, funcionam como modelos. Qual a representação da infância predominante atualmente na sociologia da infância? Trata-se da infância “transnacional”, a infância participante, a infância como “um componente estrutural de toda sociedade em constante evolução”<sup>5</sup> (SIROTA, 2006, p. 17). As mudanças paradigmáticas ocorridas nos últimos anos possibilitam

considerar a categoria social da infância como susceptível de ser analisada em si mesma, que interpreta as crianças como actores sociais de pleno direito e que interpreta os mundos de vida das crianças nas múltiplas interações simbólicas que as crianças estabelecem entre si e com os adultos. (SARMENTO, 2007, p. 19)

Como investigar as crianças? Algumas das possibilidades são estudá-las através de seus discursos (MONTANDON; OSIEK, 1997), seus jogos, suas brincadeiras (BROUGÈRE, 2006), suas relações nos grupos de pares (FERNANDES, 2004) ou com adultos, suas interações com as mídias (BELLONI, 2009), sua mobilidade, sua participação em redes, suas opiniões sobre vários temas (PROUT, 2004). Alguns sociólogos estudam diretamente suas produções, recorrendo a recursos icônicos e plásticos: desenhos corporais, o artesanato, os padrões decorativos, os grafites etc, assim registrando as lendas, narrativas e sagas, aprendidas com os mais velhos, numa perspectiva de uma pedagogia intercultural e também das aprendizagens intergeracionais (SARMENTO, 2007).

Captam assim uma cultura específica, a cultura da infância, ou as culturas das infâncias, para ressaltar a opinião de especialistas (PROUT, 2004; SARMENTO, 2007) quando querem ressaltar os contextos culturais e a diversidade/variedade das crianças. A criança “é levada a construir sua própria experiência em um *puzzle* de referências e de normas”<sup>6</sup> (SIROTA, 2006, p. 21).

Desse modo, não se pode falar de uma cultura infantil pura, assim como é hibridizada a cultura latino-americana, decorrente, entre outros, dos fluxos migratórios, bem como da vulnerabilidade das fronteiras, ocorrida em função da globalização e incrementada por questões político-econômicas e pelos recursos das novas tecnologias.

A título de ilustração, cito uma pesquisa que considero de vanguarda, realizada em São Paulo nos anos 1940, sobre as relações intergrupais, e que envolveu crianças de rua. Nela é possível identificar vários elementos valorizados nas abordagens atuais, como: as ruas como espaço de socialização; o estudo de grupos de pares; a representação de uma criança interpretativa; dados sobre a transmissão de valores e saberes e a sua reprodução pelas crianças. Refiro-me às Trocinhas do Bom Retiro (FERNANDES, 2004). A investigação foi realizada através da observação direta da cultura infantil tradicional. O autor estudou grupos de crianças formados nas ruas, constituídos por moradores dos mesmos bairros, condicionados ao desejo de brincar. Os resultados da pesquisa possibilitaram perceber que as organizações infantis orientavam-se de acordo com padrões democráticos de conduta, tanto com relação à classe social, à nacionalidade e à admissão de novos membros assim como em relação a papéis assumidos em função do sexo dos participantes. Foi identificado o suporte social de uma cultura infantil, formado por elementos provenientes da cultura adulta e que foram preservados pelas crianças. Além da observação da existência de alguns comportamentos apenas repetitivos com relação àquilo que os adultos lhes transmitiram. As crianças preservavam muito da cultura adulta, o que, no caso estudado, garantiu a presença de tradições, algumas das quais já extintas da memória adulta. Foi o caso, por exemplo, de alguns elementos do folclore oriundos de outros países e para cá trazidos pelos imigrantes. No entanto, para além “desses arquivos vivos”, como poderíamos nos referir às lembranças infantis, elas também apresentaram muita criatividade, pois também inventaram novas brincadeiras como Papai e Mamãe, Banqueiro, Polícia, Melancia, Fitas etc. e usavam de modo próprio e particular o que lhes havia sido transmitido. O estudo mostra, sob meu ponto de vista, uma comprovação do modelo de “reprodução interpretativa” (CORSARO, 2005), além da importância de se estudar a socialização em espaço de educação informal. Nesse espaço, em que se ampliam os lócus de observação tradicionais, escola e família, é possível constatar a transmissão

de experiências e de conhecimentos decorrentes do intercâmbio que ocorre no dia-a-dia entre crianças e adultos e também entre a criança e seus pares. Eles também testemunham a existência da cultura da infância.

A brincadeira passou, cada vez mais, a ser percebida como rede de práticas sociais e espaço de autonomia, configurando-se como construção social entre pais e filhos. Através dela, é oportuno lembrar, é possível captar uma criança que constrói um espaço de autonomia diante dos pais e de relação direta com os outros atores sociais. Em tal espaço, a criança pode ser percebida

como um produtor, co-produtor, da cultura infantil, não somente porque ele produz diretamente uma parte dela, aquela que não obedece à comercialização ou à difusão educativa pelos adultos, que se constitui e se transmite nos espaços de sociabilidade infantil, não somente porque ela interpreta aquela que ela recebe dos adultos mais ainda porque ela intervém de modo complexo naquela que parece se impor a ela do exterior.<sup>7</sup> (BROUGÈRE, 2006, p. 264)

Nesse sentido, o brinquedo não pode ser definido exclusivamente pelos aspectos materiais, sendo também considerado via de práticas sociais. Existe, portanto, como objeto cultural, acompanhado de práticas e significações. Da concepção ao uso, a análise do brinquedo “revela a presença de uma criança construindo um espaço de autonomia face aos pais e de relações diretas com outros atores sociais”<sup>8</sup> (BROUGÈRE, 2006, p. 264).

Para os autores mencionados nesta revisão bibliográfica, a existência de uma criança que passa por estágios de desenvolvimento social, moral, linguístico ocorre, mas de modo ativo. E ela adquire uma identidade particular mediada pelos brinquedos.

Precisamos, pois, de ampliar nossa representação da educação para que se torne compatível com as competências infantis constatadas em pesquisas empíricas e modeladoras do conceito de socialização predominante na sociologia da infância. Porém, temos que ir mais adiante: é necessário entendermos que a apropriação da cultura pelas crianças faz parte do processo educativo. E, ainda, que o trabalho educativo, que tem como objetivo a humanização, inclui o conceito de socialização.

## A SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA: SUA CONSTRUÇÃO

No contexto de construção da Sociologia da infância, têm sido discutidos assuntos como a possibilidade de se identificar um campo autônomo, a faixa etária da vida que compreende a infância, os territórios e instâncias da socialização, entre outros temas. No que diz respeito ao primeiro tópico, ficou compreendido que se trata de um subcampo da Sociologia. No que tange à

faixa etária, a infância ficou situada entre os comportamentos de dependência e os de autonomia, o que significa, em linhas gerais, a adoção do estabelecido pela psicologia do desenvolvimento: da pequena infância à adolescência. No que diz respeito à questão dos territórios, além de ser rediscutida a recomposição dos territórios tradicionais, Família e Escola, percebeu-se que há outros espaços de socialização, tais como os pátios, as ruas, os terrenos baldios, os museus e as mídias, que são igualmente importantes.

Consultando uma obra considerada clássica sobre o assunto, *Traité de Psychologie de l'enfant* (MALRIEU, 1973), encontrei uma discussão sobre a socialização, ali considerada como um dos itens mais significativos para a compreensão do desenvolvimento da personalidade. Foram indicadas as duas orientações principais que compreendem a noção de socialização na abordagem psicológica: uma, que ressalta um processo de adaptação do indivíduo às instituições; e outra, que enfatiza as relações entre os sujeitos: sejam eles crianças e adultos, ou crianças e seus pais. A questão é que não devemos excluir nem uma nem outra abordagem, considerando que ambas são fundamentais para a compreensão das crianças. Se considerarmos que a vida social da criança é um dos fatores constitutivos de sua personalidade, poderemos concordar com a definição da socialização como sendo “um conjunto de processos pelos quais a criança torna-se um membro de sua sociedade passando a responder às expectativas dos outros”<sup>9</sup> (CHOMBART DE LAUWE, 1976, p. 37).

Considerados complexos, os comportamentos das crianças não podem ser explicados somente pelas influências dos meios sociais sobre elas, tampouco só pelas relações interpessoais. Nesse sentido a socialização passou a ser considerada como “uma relação recíproca entre a criança e o meio, uma inter-relação”<sup>10</sup> (CHOMBART, 1976, p. 37). A questão é que nem todos entendem da mesma forma a inter-relação que exige a existência de uma via de mão dupla e muitos deixam de lado a consideração da interação da criança com o meio. E um agravante é o fato de precisarmos de melhor conhecer o meio, transformado que tem sido constantemente, inclusive pelos artefatos tecnológicos.

A partir dos anos de 1980, e principalmente nos anos de 1990, tem sido abordada a necessidade de realizar uma revisão do conceito de socialização. Sirota (2006, p. 20), referindo-se a uma análise crítica da noção de socialização, afirma que há uma necessidade de “compreender o que mudou no novo estatuto da infância e o que atravessa o conjunto de instâncias de socialização em uma recomposição própria da modernidade”<sup>11</sup>

Numa cartografia dos trabalhos a respeito das novas contribuições aos estudos da socialização, pode-se mencionar dois grandes grupos de

pesquisadores: o anglófono, que faz menção aos *Cultural Studies* e aos *Gender Studies*, que podem aparecer citados também sob o nome genérico de *Childhood Studies*, e o francófono, originário da Sociologia da Educação e da Sociologia da Família. Em ambos os grupos há concordância com relação aos postulados daquilo que constituiria a base da Sociologia da Infância. A criança seria, então, “uma forma estrutural de toda sociedade, é uma construção social variável segundo os contextos sócio-históricos, na qual a criança é um ator social”<sup>12</sup> (SIROTA, 2006, p. 22). Fica registrado, além e apesar disso, que não se podem esquecer as tradições de pensamentos de vários países, o que impossibilitaria às grandes tendências internacionais da Sociologia de apresentarem uma homogeneidade de opiniões. As discordâncias existentes entre autores não esmaga o reconhecimento, por eles, de uma criança reprodutivo-interpretativa, conforme exemplos já mencionados. Para substituir os modelos tradicionais (modelo funcionalista, behaviorista, estruturalista), que são traduzidos pela frase “a sociedade se apropria das crianças”, bem como os modelos construtivistas em que “a criança se apropria da sociedade”, e pelo fato de se ter compreendido que eles estão longe de focalizar a força das crianças, é que foi proposto o modelo de “reprodução interpretativa” (CORSARO, 2005). Alguns autores têm utilizado esse modelo em suas pesquisas, o que lhes permitiu entender como as crianças definem seus próprios modelos culturais para estabelecer suas ligações sociais de amizade, cumplicidade, parcerias. No entanto, elas também explicitam o verso da moeda, ou seja, seus comportamentos conflitivos através dos quais deixam evidentes suas oposições às regras e mesmo suas dificuldades de adaptação a elas (CORSARO, 2005).

Os objetos da Sociologia da Infância incluem os jogos, as festas de aniversário, as brincadeiras em qualquer espaço (nas ruas, no pátio de recreio, nos terrenos baldios), as coleções etc. O reconhecimento de que a vida das crianças extrapola os muros da família e da escola trouxe, como consequência, o interesse de se estudar o comportamento das crianças em vários espaços educativos, como os museus, e em espaços outros como as ruas, os terrenos baldios, os pátios, os acampamentos, e mesmo os ambientes de trabalho. Nessa perspectiva, a socialização é “o conjunto dos processos pelos quais a criança constrói sua identidade social, tornando-se um membro da sociedade como um todo” (PERCHERON, *apud* SIROTA, 2007, p. 44).

A criança ativa, interpretativa, personagem marcante e participativa na construção da sociedade, numa expressão um “ator social”, pode portanto, enfatizar, ser compreendida através do uso de um novo modelo: o da “reprodução interpretativa”. Ele consiste em afirmar que a assimilação das

informações e aprendizagens se dá com a participação efetiva da criança, que é protagonista não só do seu desenvolvimento pessoal como social. Para isso, é fundamental que a criança seja considerada “ator social da sociologia da ação e sujeito da subjetividade, tal como podemos concebê-la à luz da psicanálise, um sujeito em busca de autonomia, embora influenciado pelo conflito psíquico e por seu inconsciente.”<sup>13</sup> (GAVARINI, 2006, p. 101)

A inclusão das crianças, sua participação, não pode se dar, atualmente, sem que se considere sua relação não só com as pessoas mas também com os artefatos sociais. Entre eles, destaco a mídia, por sua grande influência na socialização das crianças. Nesse sentido, a compreensão da criança real supõe que a consideremos, também, como “sujeito dos processos de educação e de comunicação [...] que interage com outros seres que a cercam e fazem parte do seu universo de socialização (seres humanos adultos e crianças, educadores e outros)” (BELLONI, 2007, p. 77).

Em síntese: embora ainda busque um ancoradouro teórico seguro, quatro perspectivas de estudo compõem a sociologia da infância (JAMES, JENKS, PROUT *apud* MONTANDON, 2006): a criança socialmente construída; a criança tribal, a criança membro de um grupo minoritário; a criança socialmente estruturada. No primeiro caso, são analisados os discursos e as práticas sociais das crianças assim como outros fenômenos sociais. A criança tribal é identificada nos trabalhos do tipo etnográfico e em outros trabalhos do tipo qualitativo e de abordagem fenomenológica e interpretativa. A criança membro de um grupo minoritário inscreve-se nos estudos que investigam as relações entre adultos e crianças, e que interrogam as relações crianças/crianças. Finalmente, a criança socialmente estruturada situa-se nas estruturas sociais, sendo ela percebida como um segmento de toda sociedade, sendo referida como “criança cidadã” e protegida por um estatuto, tendo direitos e deveres. É necessário que fique claro que as abordagens não são excludentes e que, portanto, cabe aos investigadores focar seus estudos como preferirem e de acordo com a viabilidade de executá-los.

O estudo das crianças no cotidiano busca compreender

três ordens de problemas: os aspectos psicológicos da relação da criança com o meio ambiente humano; [...] aspectos sociais, ligados ao estatuto social da criança e seus universos de socialização; e os aspectos pedagógicos, relacionados com a ação programada das instituições de socialização, isto é, quando a socialização se torna um programa pedagógico e uma política social. (BELLONI, 2009, p. 78-9)

## A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS: ALGUNS OLHARES

A educação pode ser entendida sob diversas perspectivas: envolve a transmissão de saberes, de valores, dirigindo-se a uma criança que “virá a ser” alguém ou mesmo à criança do presente. A prática educativa absorve os conceitos sobre as crianças, a socialização, as representações da infância. E está calcada em contribuições da psicologia e da sociologia, portanto da possibilidade de uma abordagem “psicossociológica”. De acordo com a faixa etária, a função da educação oscila, podendo ser caracterizada, na pequena infância, pelo empenho no favorecimento da individualização, ao mesmo tempo em que estimula a convivência com os outros. Nas idades subsequentes, serão enfatizadas experiências vinculadas à autonomia e à experiência escolar. Protege-se, o que é diferente de sufocar, sua liberdade. Na pré-adolescência e na adolescência, dos doze aos quinze anos, as ações educativas voltam-se para as interações entre pares e nos quadros sociais, inclusive, buscando dar conta das resistências dos adolescentes às pressões sociais.

A educação como “um conjunto de meios utilizados para transmitir saberes e preparar o futuro” foi estudada num grupo de crianças suíças. (MONTANDON; OSIEK, 1997, p. 22).<sup>14</sup> Nessa definição, destacou-se a função do adulto-educador. À primeira vista, parece que a criança ficou “entre parênteses”. No entanto, é bom que se esclareça que esse conceito foi utilizado no contexto de uma pesquisa empírica que buscava exatamente identificar as opiniões de crianças sobre a educação que elas estavam recebendo. O conceito de educação utilizado parece não ter sido feliz, particularmente tendo sido desenvolvido por sociólogos da infância, que ressaltam tanto a participação ativa das crianças. No entanto, os resultados da pesquisa foram interessantes. Eles possibilitaram classificar as crianças em dois grupos, de acordo com a classe social a que pertencem. Para as crianças de classes populares, a “educação” significa “a ação de obedecer”; para as da classe média, a expressão “educação” está relacionada a comportamento, ações que marcam certa submissão com um elemento reflexivo. A “submissão” a que se sentem sujeitas as crianças de meios desfavorecidos chama nossa atenção, até porque, em outras investigações da mesma autora, (MONTANDON, 2007) aparecem resultados sugestivos de que a autoridade é mais posta pelos pais do que pelos professores. Significaria supor que nas classes populares haveria uma limitação maior na autonomia das crianças?

Retomando a discussão que focaliza a educação para a autonomia e identidade, as ações educativas são complexas. Isso porque implicam superar obstáculos que estão presentes nas relações crianças/adultos, em que estes não abdicam do modelo “mão de ferro” para exercerem sua autoridade. Numa

sociedade democrática, em que todos, inclusive as crianças, têm direitos a voz e vez, pode ocorrer um conflito, saudável, diga-se de passagem, entre elas face a figuras hierárquicas. Em consequência, adultos e crianças entram em choque com certa frequência e a solução poderia estar numa mudança por parte do adulto, no sentido de aprender a conviver de outro modo com elas: que lhes possibilite diálogo e que admitam proteger suas necessidades de liberdade, nos moldes equilibrados. Em suma: essa crise seria fruto do reconhecimento das dessemelhanças e das igualdades de direitos. E está associada à assimetria existente em que os educadores representam-se como sendo superiores às crianças e impõem uma autoridade vertical. A busca do equilíbrio nas relações educativas dar-se-ia pela mudança das representações que permitiriam uma identidade e uma identificação fundada não sobre a disputa, mas sobre o amor.

Os aspectos jurídicos, preconizados no estatuto, mostram uma identidade de direitos e reforçam o respeito à dessemelhança entre adultos e crianças. Nesse contexto, parece fundamental que as ações educativas ocorram no sentido de proteger a liberdade, colocar as normas e discuti-las, sem humilhar as crianças nem esmagar suas identidades. A adesão a esse tipo de educação humanística possibilitaria falarmos da “liberação das crianças” (GAVARINI, 2006), e conduziria à presença de uma autoridade paterna exercida de modo transversal. Para que isso aconteça, é necessário uma postura crítica do educador e certo grau de flexibilidade de sua parte. Além da defesa das diferenças individuais, também é necessário que sejam respeitadas as diferenças étnicas. Atingiríamos, assim, os postulados de uma sociologia compreensiva (GAVARINI, 2006).

A relação do adulto com a criança precisa ser pensada, ao mesmo tempo, como um princípio de identidade e sob um princípio de diferença. Conclui-se, então, que

o erro dos pedagogos em considerar as crianças como adultos em modelo reduzido, ou em miniaturas, e não na especificidade das crianças: percebendo as crianças tanto como um adulto em potência, quanto como um pequeno adulto, excluía no fundo a enigmática diferença na identidade que constituía a infância no mundo adulto. (RENAUT, 2002, p. 282)<sup>15</sup>

#### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças paradigmáticas sistematizadas e apresentadas pela Sociologia da Infância trouxeram transformações no que diz respeito ao exercício de autoridade paterna face à criança, percebida como livre, igual em direitos, autônoma. No entanto, e paradoxalmente, apesar de nas socie-

dades democráticas esses direitos terem sido explicitados nas declarações internacionais, constata-se uma espécie de tensão na educação, resultante das transformações que atingiram as representações da infância. Nesse sentido, tanto os psicólogos quanto os sociólogos se confrontam, mas também se complementam e recorrem a especialistas de outras áreas, convictos que estão da complexidade que envolve a compreensão da criança. As dificuldades podem ser minimizadas através dos diálogos entre especialistas, com mudanças de posturas pessoais a partir de uma análise crítica e também com trabalhos educativos que sejam compatíveis com as representações da infância predominantes em nossa época. Na busca de uma adequação às necessidades contemporâneas, deve-se concordar com a afirmação de que

o trabalho educativo alcança sua finalidade quando cada indivíduo singular se apropria da humanidade produzida histórica e coletivamente, quando o indivíduo se apropria dos elementos culturais necessários à sua formação como ser humano, necessários à sua humanização. (DUARTE, 1998, p. 113)

É necessário também não esquecer que as inter-relações e interações têm mão dupla: além dos adultos, as crianças têm suas representações, opiniões e desejos nem sempre expressos, às vezes por falta de oportunidade de fazê-lo. Se a socialização é determinada, em grande parte, pelo contexto cultural e profundas desigualdades sociais caracterizam a situação das crianças brasileiras, é preciso que nos preocupemos, sobretudo, com a provisão das nossas crianças, o que, no entanto, não deve desobrigar-nos de garantir-lhes a proteção e a possibilidade de participação. As mudanças sociais, culturais, econômicas e tecnológicas, determinantes de representações e modelos, não esmagam nossa vida interior; é preciso contar com os elementos do nosso imaginário e nos movermos também através dos recursos virtuais, que, sem dúvidas, têm tornado mais vulneráveis as fronteiras entre os povos e entre adultos e crianças de várias culturas. A apropriação da cultura adulta (saberes, imagens, modelos) possibilita o acesso à cultura infantil. Nessa conjuntura, o brinquedo aparece como objeto que não destrói a estrutura do poder dos adultos sobre as crianças: estas são percebidas como atores entre outros, ao lado dos produtores, os adultos em geral, numa rede de poder coletivo. A criança apresenta todo um jogo de significados e de práticas diante dos brinquedos, sendo estes considerados como um mediador entre produtores e consumidores. A infância presente sob forma de representação dos adultos a seu respeito, para quem eles fabricam brinquedos, cede lugar à criança a quem os adultos presenteiam com esses mesmos brinquedos. Uma é personagem das inspirações; outra, do desejo, do consumo (LINN, 2006). Nas relações com os adultos elas pressionam, fazem-se ouvir, discordam,

desde que se lho permita. A autonomia da criança é percebida em diversas situações, inclusive na seleção dos brinquedos, nas opiniões a respeito deles, nas intervenções, podendo, assim, ser ela considerada ator social. É, também, identificada como autonomia a atitude que permite à criança, a partir dos três anos, emitir seu gosto, seu desejo de adquirir algum dos brinquedos, embora receba toda uma influência social dos adultos, inclusive dos produtores, da televisão e dos seus pares. Trata-se de considerar que

a autonomia e participação da criança são inegáveis, porém, através de uma lógica de interação e de interdependência [...] A análise do brinquedo permite fazer aparecer uma criança construindo um espaço de autonomia diante dos pais e da relação direta com outros autores sociais. (BROUGÈRE, 2006, p. 263-4)<sup>16</sup>

---

#### THE SOCIOLOGY OF CHILDHOOD AND THE EDUCATION OF CHILDREN

**ABSTRACT:** The aim of this article is to present some theoretical reflections on the Sociology of Childhood and discuss the repercussions of this new subsection of Sociology for understanding and educating children. So a bibliographic review is undertaken to present an overview of the evolution of childhood representations, observe the perspectives of empirical investigations on children and identify the predominant socialization model of the present time. As a result of social transformation and of the representations and new modes of socialization, a “transnational childhood” comes about, characterized by mobility, network communication and the use of artifacts, because a child is active, has its own identity and is at the same time subject and social actor. Consequently, the educator/learner relationship should be characterized by protection of freedom, encouragement of dialogue, all of which is possible only if authority is exercised in a ‘horizontal’ manner.

**KEYWORDS:** Sociology of Childhood. Representations. Bibliographic review. Education of children.

---

#### NOTAS

1. Esta é a versão original do texto citado: *une double incapacité: prendre en compte la place et le rôle des enfants dans la structuration et les transformations du champ social; construire les paradigmes d'une sociologie de l'enfance.*
2. No texto citado, esta passagem tem o seguinte teor: [...] (au) *modele de famille fusionnelle dès années soixante, fondée sur le couple marié, orientée vers la filiation, caractérisée par une division accentuée de tâches entre hommes et femmes, par des rapports hiérarchiques parents/enfants, vient s'ajouter, dans le présent, celui de la famille fondée sur ce couple associatif, desinstitutionnalisé, fait d'individus égaux em droits*

*et devoirs, ou la priorité n'est plus tellement l'élevage des enfants, mais surtout la réussite individuelle et la réalisation de soi à travers le groupe.*

3. A versão original do texto citado é esta: *un individu, un sujet, qui a des caractéristiques propres, qui est marqué par des événements particuliers; un être en développement, immature, qui constitue son moi, se forme en fonction de la société qu'il découvre. En tant qu'être immature, qui il a des comportements infantiles; un membre d'un milieu social, du fait de son appartenance à une famille, appartenance qui conditionne en grande partie sa future place dans la société, ses chances de réussite; un membre d'une catégorie d'âge, soumis à un statut qui dans une société donnée, détermine les caractéristiques de sa condition d'enfant.*

4. A versão original do texto citado é a seguinte: *une façon de présenter à l'esprit un objet absent, irréel ou impossible à parvenir directement*

5. Segue a versão original do texto citado: *une composante structurelle de toute société et, par là une construction sociale en constante évolution.*

6. Em sua versão original, o texto citado é como segue: *est amené à construire sa propre expérience dans un puzzle de référence et de normes.*

7. Esta é a versão original do texto citado: *un producteur, un co-producteur de la culture enfantine, non seulement parce qu'il en produit directement une partie, celle qui n'obéit pas à la commercialisation ou à la diffusion éducative par les adultes, que se construit et se transmet dans les espaces de sociabilité enfantine, non seulement parce qu'il interprète celle qu'il reçoit des adultes, mais encore parce qu'il intervient de façon complexe dans celle qui semble s'imposer à lui de l'extérieur.*

8. O texto citado tem a seguinte versão no original: *faire apparaître un enfant construisant un espace d'autonomie vis-à-vis des parents et de relations directe avec d'autres acteurs sociaux.*

9. Esta é a versão original do texto citado: *un ensemble de processus par lesquels l'enfant devient un membre de sa société en répondant aux attentes d'autrui.*

10. Segue a versão original do texto citado: *une relation réciproque entre l'enfant et le milieu, une inter-relation.*

11. A versão original do texto citado é a seguinte: *comprendre ce qui a changé dans le nouveau statut de l'enfance, et ce que traverse l'ensemble des instances de socialisation dans une recomposition propre à la modernité.*

12. Eis a versão original do texto citado: *une forme structurelle de toute société, c'est une construction variable suivant les contextes socio-historiques, dans laquelle l'enfant est un acteur social.*

13. Esta é a versão original do texto citado: *l'acteur social de la sociologie de l'action et sujet de la subjectivité tel que nous pouvons le concevoir à la lumière de la psychanalyse, un sujet en quête d'autonomie, bien que travaillé par le conflit psychique et par son inconscient.*

14. Esta é a versão original do texto citado: *un ensemble de moyens utilisés pour transmettre des savoirs et préparer l'avenir.*

15. Esta é a versão original do texto citado: *l'erreur de tous les pédagogues depuis toujours a consisté à considérer les enfants comme des adultes en modèle réduit, ou en miniature, et non pas dans leur spécificité d'enfants: percevant l'enfant tantôt comme un adulte en puissance, tantôt comme un petit adulte, ils ont manqué au fond l'enigmatique différence dans l'identité qui constitue l'enfance au sein du monde humain.*

16. Esta é a versão original do texto citado: *l'autonomie et participation de l'enfant sont indéniables, mais à travers une logique d'interaction et d'interdépendence... L'analyse du jouet que l'on pourrait, peut-être étendre à autres domaines de la consommation permet de faire apparaître un enfant construisant un espace d'autonomie vis-à-vis des parents et de relation direct avec d'autres acteurs sociaux.*

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. N.. La sociologie et la construction de l'enfance. Regards du côté de la famille. In: SIROTA, Régine (org.). *Éléments pour une sociologie de l'enfance*. Rennes: PUF., 2006, p. 115-123.

BELLONI, M. L. Infância, Mídias e Educação: revisitando o conceito de socialização. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 41-56, jan./jun. 2007.

\_\_\_\_\_. *O que é sociologia da infância*. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2009.

BROUGÈRE, G. Le jouet, un objet pour la sociologie de l'enfance. In: SIROTA, Régine (org.). *Éléments pour une sociologie de l'enfance*. Rennes: PUF, 2006, p. 257-266.

CHOMBART DE LAUWE, M. *Enfant en-jeu*. Les pratiques des enfants durant leur temps libre en fonction des types d'environnement et des idéologies. Paris: Editions du Centre National de la recherche scientifique, 1976.

\_\_\_\_\_. *Un monde autre l'enfance: de ses représentations à son mythe*. Paris: Payot, 1971.

CORSARO, W. A. *The Sociology of Childhood*. 2. ed. London, New Delhi: Pine Forge Press, Thousand Oaks, 2005.

DUARTE, N. Relações entre ontologia e epistemologia e a reflexão filosófica sobre o trabalho educativo. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 16, n. 29, p. 99-116, jan./jun. 1998.

FERNANDES, F. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GAVARINI, L. L'enfant et les déterminismes aujourd'hui. In: SIROTA, Régine (org.). *Éléments pour une sociologie de l'enfance*. Rennes: PUF, 2006, p. 93-102.

LINN, S. *Crianças do consumo: a infância roubada*. Tradução Cristina Tognelli. São Paulo: Instituto Alana, 2006.

MALRIEU, P. *Traité de Psychologie de l'enfant*. Paris: PUF, 1973.

MOLLO, S. *L'École dans la société: psychosociologie des modèles éducatifs*. Paris: Dunod, 1969.

MOLLO-BOUVIER, S. La sociologie de l'enfance: des premiers pas à la crise de croissance. In: SIROTA, Régine (org.). *Éléments pour une sociologie de l'enfance*. Rennes: PUF, 2006, p. 37-40.

MONTANDON, C.; LONGCHAMP, P. Você disse autonomia? Uma breve percepção da experiência das crianças. In: *Perspectiva*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 105-126, jan./jun. 2007. NUP/UFSC.

MONTANDON, C. De l'étude de la socialisation des enfants à la sociologie de l'enfance: nécessité ou illusion épistémologique? In: SIROTA, Régine (sous la direction). *Éléments pour une sociologie de l'enfance*. Rennes: PUF, 2006, p. 41-50.

MONTANDON, C.; OSIEK, F. *L'éducation du point de vue des enfants*. Paris: L'Harmattan, 1997.

PERRON, R. *Modèle d'enfants, enfants modèles*. Paris: PUF, 1971.

PROUT, A. *Reconsiderar a nova sociologia da infância*. Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (Department of Applied Social Science - University of Stirling). Tradução para o português de Helena Antunes. Revisão científica de Manuel Jacinto Sarmento e Natália Fernandes Soares. 2004, 1-25. Disponível em: [www.pca.uem.br/salva.php?id=Alan520Prout520port.doc](http://www.pca.uem.br/salva.php?id=Alan520Prout520port.doc). Acesso em: 28 jan. de 2009.

RENAUT, A. *La libération des enfants: contribution philosophique à une histoire de l'enfance*. Paris: Calmann-Lévy/Bayard, 2002.

SARMENTO, M. J. Culturas Infantis e interculturalidade. In: DORNELLES, Leni Vieira (Org.). *Produzindo Pedagogias interculturais na infância*. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 19-40.

SIROTA, R. (org.). *Éléments pour une sociologie de l'enfance*. Rennes: PUF, 2006.

SIROTA, R. A indeterminação das fronteiras da idade. *PERSPECTIVA*. Florianópolis. v. 25, n. 1, p. 41-56. jan/jun 2007.

SOULÉ, M. *Le bien-être des enfants dans sa famille*. Paris: Les éditions ESF, 1983.

---

VERA LÚCIA CHACON VALENÇA é doutora em Psychologie Appliquée pela Université René Descartes-Paris V; pós-doutora pelo Instituto CNRS, de Roma. Professora aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina e, atualmente, docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISUL, onde ministra a disciplina Educação e cultura da Infância e desenvolve pesquisas para implantar o Museu das Crianças do Brasil – projeto de sua autoria.  
E-mail: [veravalenca@uol.com.br](mailto:veravalenca@uol.com.br)

---